



DOS DOCUMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE MATRÍCULA INSTITUCIONAL NA UFOB
Processo Seletivo SiSU 2019

Observações:

- ü Estas orientações não substituem, em hipótese alguma, as exigências/regras contidas no **Edital Normativo do SiSU/UFOB 2019** (Edital UFOB nº 02, de 21/01/2019) que disciplina sobre a efetivação da matrícula dos candidatos convocados e toda a legislação pertinente ao Processo Seletivo SiSU 2019 para os cursos de graduação da UFOB, no ano letivo 2019.
- ü A numeração dos itens e dos anexos, abaixo, seguem a ordem do referido Edital Normativo.

35. Para efetivar a solicitação de **Matrícula Institucional** na UFOB, o(a) candidato(a) convocado(a), ou seu procurador legal, deverá apresentar os seguintes documentos:

35.1. Ampla Concorrência – Grupo/Categorias A0:

35.1.1. Relação de documentos:

- 35.1.1.1. Documento Oficial de Identificação com foto (ver item 36);
 - 35.1.1.2. CPF (*não necessário, caso conste no documento oficial de identificação*);
 - 35.1.1.3. Uma foto 3 x 4 (recente);
 - 35.1.1.4. Certificado de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos de idade);
 - 35.1.1.5. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (para os(as) candidatos(as) maiores de 18 anos de idade), podendo ser impresso em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
 - 35.1.1.6. Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio;
 - 35.1.1.7. Autodeclaração de pessoa com deficiência (*via formulário de cadastro institucional*);
 - 35.1.1.8. Autodeclaração de etnia (*via formulário de cadastro institucional*);
 - 35.1.1.9. Declaração de que não possui vínculo com outra instituição pública de ensino superior e que não participa do PROUNI em instituição privada (*via formulário de cadastro institucional*);
 - 35.1.1.10. Formulário de Cadastro Institucional preenchido eletronicamente, impresso, rubricado em todas as páginas, exceto a que exige assinatura para apresentação à comissão de matrícula, disponível em www.su.ufob.edu.br, no menu Seleções> SiSU 2019 (ver subitens 32.2.1 e 32.2.2)
- 35.1.2. Os documentos mencionados nos subitens 35.1.1.1, 35.1.1.2, 35.1.1.4, 35.1.1.6 e 35.1.1.10, deverão ser apresentados em originais para digitalização/conferência no ato da matrícula.
- 35.1.3. Os documentos descritos no subitem 35.1.1.6, oriundos de país estrangeiro, deverão estar revalidados.

35.2. Critério de Inclusão Regional (Ação afirmativa própria da UFOB) – Grupo/Categoria V2011.

35.2.1. Relação de documentos:

- 35.2.1.1. Documento Oficial de Identificação com foto (ver item 36);
- 35.2.1.2. CPF (*não necessário, caso conste no documento oficial de identificação*);
- 35.2.1.3. Uma foto 3 x 4 (recente);
- 35.2.1.4. Certificado de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos de idade);
- 35.2.1.5. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (para os(as) candidatos(as) maiores de 18 anos de idade), podendo ser impresso em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- 35.2.1.6. Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio, conforme descrito no item 09;
- 35.2.1.7. Autodeclaração de pessoa com deficiência (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.2.1.8. Autodeclaração de etnia (*via formulário de cadastro institucional*);



- 35.2.1.9. Declaração de que não possui vínculo com outra instituição pública de ensino superior e que não participa do PROUNI em instituição privada (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.2.1.10. Formulário de Cadastro Institucional preenchido eletronicamente, impresso, rubricado em todas as páginas, exceto a que exige assinatura para apresentação à comissão de matrícula, disponível em www.su.ufob.edu.br, no menu Seleções> SiSU 2019 (*ver subitens 32.2.1 e 32.2.2*).
- 35.2.2. Os documentos mencionados nos subitens 35.2.1.1, 35.2.1.2, 35.2.1.4, 35.2.1.6 e 35.2.1.10 deverão ser apresentados em originais para digitalização/conferência no ato da matrícula.

35.3. Vagas reservadas - Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016:

– **Grupo/Categoria L1** - Candidatos(as) com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas; e

– **Grupo/Categoria L2** - Candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

35.3.1. Relação de documentos:

- 35.3.1.1. Documento Oficial de Identificação com foto (ver item 36);
- 35.3.1.2. CPF (*não necessário, caso conste no documento oficial de identificação*);
- 35.3.1.3. Uma foto 3 x 4 (recente);
- 35.3.1.4. Certificado de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos de idade);
- 35.3.1.5. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (para os(as) candidatos(as) maiores de 18 anos de idade), podendo ser impresso em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- 35.3.1.6. Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio expedido por instituição pública de ensino;
- 35.3.1.7. Autodeclaração de pessoa com deficiência (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.3.1.8. Autodeclaração de etnia (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.3.1.9. Declaração de que não possui vínculo com outra instituição pública de ensino superior e que não participa do PROUNI em instituição privada (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.3.1.10. Formulário de Cadastro Institucional preenchido eletronicamente, impresso, rubricado em todas as páginas, exceto a que exige assinatura para apresentação à comissão de matrícula, disponível em www.su.ufob.edu.br, no menu Seleções> SiSU 2019 (*ver subitens 32.2.1 e 32.2.2*);
- 35.3.1.11. Declaração de Composição Familiar, atestando, sob as penas da lei, quantas pessoas compõem a sua família, indicando relação nominal dessas pessoas e as que recebem renda e seus respectivos valores, de acordo com formulário disponível no **Anexo V**. Não serão aceitas inclusões ou exclusões de membro(s) no núcleo familiar declarado, em qualquer fase da análise ou recursos;
- 35.3.1.12. Apresentação da documentação especificada no **Anexo VI**, de cada membro familiar declarado no **Anexo V**, para fins de comprovação de renda familiar igual ou inferior a 1,5 (um, vírgula cinco) salário mínimo *per capita*, segundo Portaria Normativa MEC nº. 18, de 11 de outubro de 2012;
- 35.3.1.13. Nas situações em que o(a) candidato(a) não inserir pai e/ou mãe na composição familiar (**Anexo V**), o(a) candidato(a) deverá apresentar Justificativa da não inclusão (**Anexo VII**) acompanhada de documentação que comprove a situação informada na própria justificativa, quando for o caso, tais como: certidão de nascimento, de casamento ou de óbito etc.
- 35.3.2. Os documentos mencionados nos subitens 35.3.1.1, 35.3.1.2, 35.3.1.4, 35.3.1.6, 35.3.1.10, 35.3.1.11, 35.3.1.12 e 35.3.1.13 deverão ser apresentados em originais para digitalização/conferência no ato da matrícula.

35.4. Vagas reservadas - Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016:



– **Grupo/Categoria L5** - Candidatos(as) que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas; e

– **Grupo/Categoria L6** - Candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016).

35.4.1. Relação de documentos:

- 35.4.1.1. Documento Oficial de Identificação com foto (ver item 36);
- 35.4.1.2. CPF (*não necessário, caso conste no documento oficial de identificação*);
- 35.4.1.3. Uma foto 3 x 4 (recente);
- 35.4.1.4. Certificado de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos de idade);
- 35.4.1.5. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (para os(as) candidatos(as) maiores de 18 anos de idade), podendo ser impresso em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- 35.4.1.6. Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio expedido por instituições públicas de ensino;
- 35.4.1.7. Autodeclaração de pessoa com deficiência (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.4.1.8. Autodeclaração de etnia (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.4.1.9. Declaração de que não possui vínculo com outra instituição pública de ensino superior e que não participa do PROUNI em instituição privada (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.4.1.10. Formulário de Cadastro Institucional preenchido eletronicamente, impresso, rubricado em todas as páginas, exceto a que exige assinatura para apresentação à comissão de matrícula, disponível em www.su.ufob.edu.br, no menu Seleções > SiSU 2019 (ver subitens 32.2.1 e 32.2.2).

35.4.2. Os documentos mencionados nos subitens 35.4.1.1, 35.4.1.2, 35.4.1.4, 35.4.1.6 e 35.4.1.10 deverão ser apresentados em originais para digitalização/conferência no ato da matrícula.

35.5. **Vagas reservadas - Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016:**

– **Grupo/Categoria L9** - Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e

– **Grupo/Categoria L10** - Candidatos(as) com deficiência autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas, com renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas.

35.5.1. Relação de documentos:

- 35.5.1.1. Documento Oficial de Identificação com foto (ver item 36);
- 35.5.1.2. CPF (*não necessário, caso conste no documento oficial de identificação*);
- 35.5.1.3. Uma foto 3 x 4 (recente);
- 35.5.1.4. Certificado de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos de idade);
- 35.5.1.5. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (para os(as) candidatos(as) maiores de 18 anos de idade), podendo ser impresso em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- 35.5.1.6. Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio expedido por instituição pública de ensino;
- 35.5.1.7. Autodeclaração de pessoa com deficiência (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.5.1.8. Autodeclaração de etnia (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.5.1.9. Declaração de que não possui vínculo com outra instituição pública de ensino superior e que não participa do PROUNI em instituição privada (*via formulário de cadastro institucional*);



- 35.5.1.10. Formulário de Cadastro Institucional preenchido eletronicamente, impresso, rubricado em todas as páginas, exceto a que exige assinatura para apresentação à comissão de matrícula, disponível em www.su.ufob.edu.br, no menu Seleções> SiSU 2019 (ver subitens 32.2.1 e 32.2.2);
- 35.5.1.11. Declaração de Composição Familiar, atestando, sob as penas da lei, quantas pessoas compõem a sua família, indicando relação nominal dessas pessoas e as que recebem renda e seus respectivos valores, de acordo com formulário disponível no **Anexo V**. Não serão aceitas inclusões ou exclusões de membro(s) no núcleo familiar declarado, em qualquer fase da análise ou recursos;
- 35.5.1.12. Apresentação da documentação especificada no **Anexo VI**, de cada membro familiar declarado no **Anexo V**, para fins de comprovação de renda familiar igual ou inferior a 1,5 (um, vírgula cinco) salário mínimo *per capita*, segundo Portaria Normativa MEC nº. 18, de 11 de outubro de 2012;
- 35.5.1.13. Nas situações em que o(a) candidato(a) não inserir pai e/ou mãe na composição familiar (**Anexo V**), o(a) candidato(a) deverá apresentar Justificativa da não inclusão (**Anexo VII**) acompanhada de documentação que comprove a situação informada na própria justificativa, quando for o caso, tais como: certidão de nascimento, de casamento ou de óbito etc.
- 35.5.1.14. Laudo Médico Específico, conforme **Anexo III**, devidamente preenchido e assinado por médico(a) especialista na área da deficiência declarada pelo(a) candidato(a), para comprovação desta condição no momento estático de sua inscrição no SiSU. Havendo necessidade, poderão ser anexados, para fins de complementação das informações, laudos anteriores emitidos nos últimos 12 meses, desde que indiquem o nome legível e número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do(a) médico(a) que forneceu o laudo. Não serão aceitos novos laudos emitidos posteriores à data de inscrição no SiSU.
- 35.5.2. Os documentos mencionados nos subitens 35.5.1.1, 35.5.1.2, 35.5.1.4, 35.5.1.6, 35.5.1.10, 35.5.1.11, 35.5.1.12, 35.5.1.13 e 35.5.1.14 deverão ser apresentados em originais para digitalização/conferência no ato da matrícula.
- 35.6. **Vagas reservadas - Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016:**
- **Grupo/Categoria L13** - Candidatos com deficiência que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; e
- **Grupo/Categoria L14** – Candidatos(as) com deficiência autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) ou indígenas que, independentemente da renda, tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012 e Lei nº 13.409/2016).
- 35.6.1. Relação de documentos:
- 35.6.1.1. Documento Oficial de Identificação com foto (ver item 36);
- 35.6.1.2. CPF (*não necessário, caso conste no documento oficial de identificação*);
- 35.6.1.3. Uma foto 3 x 4 (recente);
- 35.6.1.4. Certificado de quitação com o Serviço Militar (para os candidatos do sexo masculino, maiores de 18 anos de idade);
- 35.6.1.5. Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral (para os(as) candidatos(as) maiores de 18 anos de idade), podendo ser impresso em <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- 35.6.1.6. Certificado de Conclusão e Histórico Escolar do Ensino Médio expedido por instituições públicas de ensino;
- 35.6.1.7. Autodeclaração de pessoa com deficiência (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.6.1.8. Autodeclaração de etnia (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.6.1.9. Declaração de que não possui vínculo com outra instituição pública de ensino superior e que não participa do PROUNI em instituição privada (*via formulário de cadastro institucional*);
- 35.6.1.10. Formulário de Cadastro Institucional preenchido eletronicamente, impresso, rubricado em todas as páginas, exceto a que exige assinatura para apresentação à comissão de matrícula, disponível em www.su.ufob.edu.br, no menu Seleções> SiSU 2019 (ver subitens 32.2.1 e 32.2.2);



- 35.6.1.11. Laudo Médico Específico, conforme **Anexo III**, devidamente preenchido e assinado por médico(a) especialista na área da deficiência declarada pelo(a) candidato(a), para comprovação desta condição no momento estático de sua inscrição no SiSU. Havendo necessidade, poderão ser anexados, para fins de complementação das informações, laudos anteriores emitidos nos últimos 12 meses, desde que indiquem o nome legível e número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) do(a) médico(a) que forneceu o laudo. Não serão aceitos novos laudos emitidos posteriores à data de inscrição no SiSU.
- 35.6.2. Os documentos mencionados nos subitens 35.6.1.1, 35.6.1.2, 35.6.1.4, 35.6.1.6, 35.6.1.10 e 35.6.1.11 deverão ser apresentados em originais para digitalização/conferência no ato da matrícula.
36. O documento oficial de identificação deve ser atualizado, conter fotografia que permita a clara identificação do titular, estar em bom estado de conservação, sem rasuras ou adulterações, estar dentro do prazo de validade; e ter sido expedido por Secretarias Estaduais de Segurança Pública, ou pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pela Polícia Federal, ou por outros órgãos legalmente autorizados a emitir documento de identificação. Se estrangeiro, deverá apresentar documento de identidade de estrangeiro (RNE) e passaporte, devidamente atualizados. O Documento Oficial de Identificação com foto poderá ser: Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Passaporte.
37. (...)
38. (...)
39. (...)
40. (...)
41. (...)
42. (...)
43. (...)
44. (...)
45. (...)
46. Considerando o período oficial de matrículas da primeira edição do SISU 2019 e a intempestividade do ano letivo de 2018 em algumas instituições de ensino e, por consequência, o atraso na emissão de certificado de conclusão do Ensino Médio e histórico escolar, a UFOB resolve:
- 46.1. Permitir que os(as) estudantes concluintes do Ensino Médio, **exclusivamente no ano letivo de 2018**, apresentem, no ato da matrícula, em substituição provisória ao certificado de conclusão e o histórico escolar do Ensino Médio, uma *Declaração de Conclusão do Ensino Médio ou equivalente*, emitida pela Instituição de Ensino em papel timbrado, contendo as seguintes informações:
- 46.1.1.a relação da(s) instituição(ões) de ensino em que cursou o Ensino Médio regular ou técnico, cidade(s) e estado(s) que as sediam e os respectivos anos de conclusão.
- 46.2. A exceção de que trata o item 46.1 não se aplica ao(a) candidato(a) com certificação de conclusão baseado no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou em exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino;
- 46.3. O Certificado de Conclusão e o Histórico Escolar do Ensino Médio, originais, deverão ser apresentados à UFOB, (Superintendência Universitária) assim que forem emitidos pela respectiva Instituição de Ensino, respeitado a data limite de **31/05/2019** para esta apresentação, sob pena de cancelamento da matrícula, respeitadas as condições constantes nos itens 40 a 42 deste edital.



ANEXO II

TIPOS E CONCEPÇÕES DE DEFICIÊNCIA

Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei nº 13.146/2015 e nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista), as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Caracterização das Deficiências (MTB/2018), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Nos termos desse edital, com base nos documentos legais expressos nesse edital, são características de cada deficiência, as descritas a seguir:

Pessoa com Deficiência Física

Pessoa com alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º):

Amputação - perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro;

Paraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores;

Paraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores;

Monoplegia - perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);

Monoparesia - perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou superior);

Tetraplegia - perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores;

Tetraparesia - perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores;

Triplegia - perda total das funções motoras em três membros;

Triparesia - perda parcial das funções motoras em três membros;

Hemiplegia - perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);

Hemiparesia - perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo);

Ostomia - intervenção cirúrgica para a criação de um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa coletora para eliminação de fezes e/ou urina. (colostomia: para desvio intestinal; urostomia: para desvio urinário);

Paralisia Cerebral - lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental;

Nanismo - deficiência acentuada no crescimento.

Pessoa com Deficiência Intelectual ou Mental - Pessoa com funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho; (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º)

Pessoa com Deficiência Visual

Pessoa com cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica. Pessoa com baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores; (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).



Para efeitos deste Edital e com base na Constituição Federal de 1988 (art. 37, VIII), na Lei n. 8.112/1990 (art. 5º, § 2º), no Decreto n. 3.298/1999 (arts. 3º, 4º, III, e 37), que orientaram a Súmula nº 377, e na Caracterização das Deficiências, MTB/2018), os(as) candidatos(as) com visão monocular têm direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Considera-se visão monocular, a condição de deficiência visual univalente, comprometedora das noções de profundidade e distância, ocorre quando há cegueira, na qual a acuidade visual com melhor correção óptica é igual ou menor que 0,05 (20/400), visão de vultos, conta-dedos em um olho, ou cegueira legal declarada pelo oftalmologista, ou uso de prótese, ou olho enucleado ou *Phthisis bulbi*.

Pessoa Surda e com Deficiência Auditiva

Pessoa com perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz; (Decreto nº 5.296/2004, art. 5º, §1º).

Pessoa com Deficiência Múltipla

De acordo com o Decreto nº. 3.298/99, confirmado pelo Decreto nº. 5.296/04, conceitua-se como deficiência múltipla a associação de duas ou mais deficiências.

Pessoa com Surdocegueira

Pessoa com deficiência única que apresenta perdas auditiva e visual, não necessariamente uma perda total dos dois sentidos. A surdocegueira pode ser identificada das seguintes formas: cegueira congênita e surdez adquirida; surdez congênita e cegueira adquirida; cegueira e surdez congênitas; cegueira e surdez adquiridas; baixa visão com surdez congênita; baixa visão com surdez adquirida (MEC/SEESP, 2010).

Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, é aquela com síndrome clínica, caracterizada por deficiência persistente e significativa na comunicação e nas interações sociais. Esta síndrome se manifesta por limitação na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social, dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns, bem como pela excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados, interesses restritos e fixos.



ANEXO III

LAUDO MÉDICO ESPECÍFICO (Página nº 01 de 02)

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE		
Nome:		
Curso:	Sexo:	Data de Nascimento:
Carteira de Identidade:	CPF:	

LAUDO MÉDICO (RESTRITO AO MÉDICO)									
Atesto, para a finalidade de concorrência a uma vaga reservada para pessoas com deficiência no Processo Seletivo SISU/UFOB 2019 para ingresso em curso de graduação, prevista nas Leis nº 12.711, de 2012 e nº 13.409, de 2016, que o requerente acima identificado possui a deficiência abaixo assinalada, nos termos das definições transcritas (artigo 4º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo artigo 70 do Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Súmula nº 377/2009 do STJ; § 1º do artigo 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012; e Caracterização das Deficiências, MTB/2018).									
TIPO DE DEFICIÊNCIA					CID				
☐	DEFICIÊNCIA FÍSICA – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física , apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzem dificuldades para o desempenho das funções .								
☐	PESSOA SURDA OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA – perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.								
	FREQUÊNCIAS	500Hz	1.000Hz	2.000Hz	3.000Hz				
	Ouvido Direito	= dB	= dB	= dB	= dB				
	Ouvido Esquerdo	= dB	= dB	= dB	= dB				
☐	DEFICIÊNCIA VISUAL – cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; visão monocular, condição de deficiência visual univalente, comprometedora das noções de profundidade e distância, ocorre quando há cegueira, na qual a acuidade visual com melhor correção óptica é igual ou menor que 0,05 (20/400), visão de vultos, conta-dedos em um olho, ou cegueira legal declarada pelo oftalmologista, ou uso de prótese, ou olho enucleado ou <i>Phthisis bulbi</i> ; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quais condições anteriores.								
	DEFICIÊNCIA VISUAL	OLHO DIREITO		OLHO ESQUERDO					
	Acuidade Visual								
	Campo Visual								
☐	DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELECTUAL – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização de recursos da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer e h) trabalho.								
	ASSINALE A LETRA CORRESPONDENTE	() a	() b	() c	() d	() e	() f	() g	() h
☐	DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA – associação de duas ou mais deficiências.								
☐	PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para a interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais.								

Data: ____ / ____ / ____	Carimbo e Registro no CRM
Assinatura do médico	



(Página nº 02 de 02)

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome:

Carteira de Identidade:

CPF:

RELATÓRIO MÉDICO (RESTRITO AO MÉDICO)

Descrição detalhada da deficiência:

Histórico da deficiência:

Limitações funcionais:

Nome do Médico:

Especialidade:

O(A) candidato(a) deverá apresentar, juntamente com este laudo, os exames exigidos para comprovação da deficiência descritos nos subitens 35.5.1.14 e 35.6.1.11 do Edital do **Processo Seletivo SISU/UFOB 2019**.

Data: / /

Carimbo e Registro no CRM

Assinatura do médico



ANEXO IV

PROCEDIMENTOS PARA CÁLCULO E APURAÇÃO DA RENDA FAMILIAR

1. A renda familiar bruta mensal *per capita*, para fins de verificação da documentação comprobatória da renda dos(as) candidatos(as) abrangidos(as) pela Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, Decreto nº. 7.824, de 11 de outubro de 2012, e Portaria Normativa MEC nº. 18, de 11 de outubro de 2012 e alterações posteriores será apurada de acordo com o seguinte procedimento:
 - a. Calcula-se a soma dos rendimentos brutos recebidos por todas as pessoas da família a que pertence o(a) candidato(a), levando-se em conta os meses de: **OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018** para os(as) candidatos(as) da primeira edição do SiSU 2019.
 - b. Calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados após a aplicação do disposto no item **a** (soma dos rendimentos auferidos nos meses citados no item **a**, conforme o caso, dividida por 3)
 - c. Divide-se o valor apurado após a aplicação do disposto no item **b** pelo número de pessoas da família do(a) candidato(a).
2. No cálculo referido no item 1 serão computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelas pessoas da família, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de locação ou de arrendamento de bens móveis e imóveis.
3. Estão **excluídos** do cálculo de que trata o item 2:
 - a. **Os valores percebidos a título de:** 13º salário, 1/3 (um terço) de férias, auxílios para alimentação e transporte, diárias e reembolsos de despesas, adiantamentos e antecipações, estornos e compensações referentes a períodos anteriores, indenizações decorrentes de contratos de seguros, indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;
 - b. **Os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:** Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados, Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró- Jovem, Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência e demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Municípios ou Distrito Federal, Salário Família, Bolsas referentes ao Estágio Curricular Obrigatório; Amparo Social da Previdência.
5. A comprovação da renda familiar bruta mensal per capita tomará por base as informações prestadas pelo(a) candidato(a) no **Anexo V** e a documentação por ele fornecida no ato da matrícula
6. Os documentos apresentados pelo(a) candidato(a) para a comprovação da renda familiar bruta mensal *per capita* deverão ser guardados por um período mínimo de cinco anos.
7. Os membros do grupo familiar com idade igual ou inferior a 16 anos estão dispensados de informar o número do CPF.



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR E RENDA BRUTA PER CAPITA

Eu, _____, portador/a do RG n.º _____, órgão Expedidor _____, e CPF n.º _____, candidato(a) ao Processo Seletivo SiSU/UFOB 2019, declaro para os devidos fins possuir renda familiar bruta mensal inferior ou igual a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo (R\$ 1.431,00) *per capita*, conforme instruções de cálculo contidas no **Anexo IV**.

Relação de Membros da Família:

Nº	CPF	NIS	NOME	IDADE	GRAU DE PARENTESCO	OCUPAÇÃO (Ver relação no Anexo IV)	VALOR DA RENDA (Média Mensal)
01	CANDIDATO(A)				O(A) PRÓPRIO(A)		
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							

Observações Importantes: Apresentar, obrigatoriamente, a documentação de cada membro da família conforme **Anexo IV**. A definição de “família” para o correto preenchimento desta declaração consta nos subitens 15.1 e 15.2 deste edital normativo. Não serão aceitas inclusões ou exclusões de membro(s) no núcleo familiar declarado, em qualquer fase da análise ou recursos.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do Art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento da mesma na Universidade Federal do Oeste da Bahia (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

_____, ____/____/2019.
(Cidade/UF e data)

Assinatura do/a Declarante



ANEXO VI

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO E ANÁLISE DE RENDA POR CATEGORIA PROFISSIONAL

Obrigatório para as Categorias L1, L2, L9 e L10

Identificada a atividade profissional de cada membro familiar (**Anexo IV** – Declaração de Composição Familiar), o(a) candidato(a) deverá providenciar todos os documentos listados abaixo, de acordo com a categoria à qual pertence cada membro, para apresentá-los, **obrigatoriamente**, no ato da matrícula.

Todos os documentos constantes deste anexo deverão ser apresentados nas suas versões originais, ou, em caso de impossibilidade, em fotocópias legíveis previamente autenticadas em cartório, no ato da matrícula.

Relação de documentos por categoria profissional:

1. TRABALHADORES ASSALARIADOS - Urbanos e Rurais

- 1.1. RG, CPF e NIS;
- 1.2. Contracheques dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 1.3. Declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; ou ainda, Declaração de Isento de Imposto de Renda (**Formulário A**), conforme o caso;
- 1.4. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) registrada e atualizada;
- 1.5. No caso de empregada doméstica: CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia;
- 1.6. Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS;
- 1.7. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 1.8. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018.

2. ATIVIDADE RURAL – Produtor Rural

- 2.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 2.2. Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; ou ainda, Declaração de Isento de Imposto de Renda (**Formulário A**), conforme o caso;
- 2.3. Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme o caso;
- 2.4. Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao(a) candidato(a) ou a membros da família, quando for o caso;
- 2.5. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 2.6. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas;
- 2.7. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (onde conste as páginas de identificação do trabalhador, página onde conste registro de rescisão e próxima página em branco) ou Declaração de Ausência de CTPS (**Formulário C**);
- 2.8. Notas Fiscais de venda dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018.

3. APOSENTADOS E PENSIONISTAS – Regime Geral ou Próprio de Previdência

- 3.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 3.2. Extrato mais recente do pagamento do benefício;
- 3.3. Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; ou ainda, Declaração de Isento de Imposto de Renda (**Formulário A**), conforme o caso;
- 3.4. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 3.5. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018.



4. AUTÔNOMOS PROFISSIONAIS LIBERAIS

- 4.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 4.2. Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos – DECORE emitido por profissional contábil referente aos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 4.3. Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; ou ainda, Declaração de Isento de Imposto de Renda (**Formulário A**), conforme o caso;
- 4.4. Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao(a) candidato(a) ou a membros de sua família, quando for o caso;
- 4.5. Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada;
- 4.6. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 4.7. Extrato bancário dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 4.8. Declaração de contribuinte individual (**Formulário D**), contendo a atividade exercida e o rendimento médio mensal.

5. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

- 5.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 5.2. Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; ou ainda, Declaração de Isento de Imposto de Renda (**Formulário A**), conforme o caso;
- 5.3. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 5.4. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 5.5. Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado comprovantes de recebimentos referente aos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 5.6. Declaração informando os bens alugados e os valores mensais recebidos pelo arrendamento ou aluguel (**Formulário E**).

6. NÃO EXERCÍCIO DE TRABALHO REMUNERADO (desempregado, estudante, dona de casa, bolsistas, estagiários etc.)

- 6.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 6.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (onde conste as páginas de identificação do trabalhador, página onde conste registro de rescisão e próxima página em branco), ou termo de rescisão do contrato de trabalho homologado ou comprovante do pagamento do seguro desemprego;
- 6.3. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 6.4. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 6.5. Declaração de não exercício de trabalho remunerado (**Formulário F**).

7. TRABALHADOR INFORMAL

- 7.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 7.2. CTPS (onde conste as páginas de identificação do trabalhador, página onde conste registro de rescisão e próxima página em branco);
- 7.3. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 7.4. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 7.5. Declaração de trabalho informal (**Formulário G**).

8. FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Efetivo e Temporário – contrato)

- 8.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 8.2. Contracheques dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 8.3. Declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; ou ainda, Declaração de Isento de Imposto de Renda (**Formulário A**), conforme o caso;
- 8.4. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 8.5. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018.



9. TRABALHADORES RURAIS NO SISTEMA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA, PESCADORES ARTESANAIS E GARIMPEIROS

- 9.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 9.2. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 9.3. Extratos bancários da conta corrente: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018;
- 9.4. Declaração de Atividade Rural (**Formulário H**).
- 9.5. Declaração atualizada do Sindicato Rural, Associação ou Cooperativa, constando: CNPJ; Endereço e telefone da sede; Nome do agricultor/pescador/garimpeiro; Valor mensal da renda; Atividade desenvolvida. Assinada pelo presidente da instituição.
- 9.6. Última notificação do ITR, se possuir imóvel rural.
- 9.7. Extrato de crédito do seguro defeso (para pescadores).

10. EMPRESÁRIOS

- 10.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 10.2. Pró-labore;
- 10.3. Declaração Anual do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – exercício 2017 completo;
- 10.4. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 10.5. Extrato bancário conta corrente das pessoas física e jurídica dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018.

11. MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS-MEI

- 11.1. RG, CPF e NIS, este último se houver;
- 11.2. Declaração Anual do Simples Nacional do MEI (DASN-SIMEI);
- 11.3. Declaração de Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; ou ainda, Declaração de Isento de Imposto de Renda (**Formulário A**), conforme o caso;
- 11.4. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 11.5. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018.

12. PENSÃO ALIMENTÍCIA OU AJUDA DE TERCEIROS

- 12.1. RG, CPF e NIS, este último se houver, da pessoa que fornece a pensão ou ajuda;
- 12.2. Sentença Judicial que determinou o pagamento da pensão, com a identificação do beneficiário e o valor fornecido; ou
- 12.3. Declaração, identificando a natureza da ajuda e o valor fornecido, assinada pela pessoa que o fornece, caso não haja processo judicial;
- 12.4. A documentação descrita neste item deve ser apresentada conjuntamente à situação do beneficiário, exemplo: se menor que 16 anos, a apresentação da documentação descrita no item 13 e seus subitens; se maior que 17 anos e estudante, a documentação descrita no item 06 e seus subitens e assim sucessivamente.

13. DOCUMENTAÇÃO DOS MEMBROS DO NÚCLEO FAMILIAR MENORES QUE 16 ANOS

- 13.1. Certidão de Nascimento ou RG ou Passaporte;
- 13.2. Declaração de Titularidade de Conta Bancária (**Formulário B**);
- 13.3. Extratos bancários dos meses: OUTUBRO/2018, NOVEMBRO/2018 e DEZEMBRO/2018.
- 13.4. RG, CPF e NIS, este último se houver, de cada um dos pais, caso não seja um membro familiar já identificado ou documento registrado em cartório que ateste a guarda, em caso de ausência dos pais biológicos.



ANEXO VII

JUSTIFICATIVA DE NÃO INCLUSÃO DE PAI E/OU MÃE NA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Eu, _____, portador/a do RG n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, declaro, para os devidos fins, que não foi incluído na composição familiar por mim declarada o(s) seguinte(s) membro(s) pelo motivo especificado:

Motivo declarado para não Inclusão de Pai e/ou Mãe na composição familiar:

(1) Falecimento (2) Divórcio (3) Separação (4) Casamento
(5) Não reconhecimento de filiação, comprovada pelo documento de identidade do(a) candidato(a). (6) Outros

Informação sobre não inclusão Paterna	
Nome:	
RG n.º:	Motivação da não inclusão n.º: Se outros, descreva:
CPF n.º:	
NIS n.º:	
Para fins de comprovação da situação declarada acima, acrescento o(s) seguinte(s) documento(s):	

Informação sobre não inclusão Materna	
Nome:	
RG n.º:	Motivação da não inclusão n.º: Se outros, descreva:
CPF n.º:	
NIS n.º:	
Para fins de comprovação da situação declarada acima, acrescento o(s) seguinte(s) documento(s):	

Esta justificativa, se for o caso, só deverá ser apresentada por candidatos/as das categorias/grupos **L1, L2, L9 e L10**, conforme descrito no item 35.3.1.13 e no item 35.5.1.13 deste Edital.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de Informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.

(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



Formulário A

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA (IRPF)

Eu, _____, portador/a do RG nº _____, órgão expedidor _____ e do CPF nº _____ membro da família do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019 _____, declaro, para os devidos fins, que, de acordo com meu rendimento anual bruto, totalizando R\$ _____, deixei de efetuar **Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física, ano 2018, exercício financeiro 2017**, por apresentar rendimento anual inferior a **R\$ 28.559,70**. Desta forma, autorizo a Universidade Federal do Oeste da Bahia a realizar quaisquer consultas junto à base de dados da Receita Federal do Brasil.

Segundo a Receita Federal, a dispensa da apresentação da Declaração de Ajuste Anual do IRPF 2018 é concedida caso sejam atendidos os seguintes critérios:

1. A pessoa física está dispensada da apresentação da declaração, desde que:
 - 1.1. não se enquadre em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade constante na página <http://idg.receita.fazenda.gov.br/interface/cidadao/irpf/2018/apresentacao/obrigatoriedade>;
 - 1.2. conste como dependente em declaração apresentada por outra pessoa física, na qual tenham sido informados seus rendimentos, bens e direitos, caso os possua;
 - 1.3. teve a posse ou a propriedade de bens e direitos, inclusive terra nua, quando os bens comuns forem declarados pelo cônjuge, desde que o valor total dos seus bens privativos não exceda R\$ 300.000,00, em 31 de dezembro de 2017.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.

(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



Formulário B

DECLARAÇÃO DE TITULARIDADE DE CONTA(S) BANCÁRIA(S)

Eu, _____, portador/a do
RG n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, candidato(a) ou
membro(a) da família do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019
_____ declaro, para os
devidos fins, que:

(☐) Não sou titular de nenhuma modalidade de conta bancária e autorizo o acesso à UFOB para emissão da **Certidão Negativa de Relacionamento com o Sistema Financeiro** junto ao Banco Central do Brasil.

(☐) Sou titular de conta(s) bancária(s) e autorizo o acesso à UFOB para emissão do **Extrato do Registro de Informações** (REGISTRATO CCS) junto ao Banco Central do Brasil.

TABELA DE DESCRIÇÃO DE CONTAS BANCÁRIAS – Conta Corrente, Salário, Poupança e etc.:

Banco: _____ Agência: _____ Variação: _____ Conta: _____	Banco: _____ Agência: _____ Variação: _____ Conta: _____
Banco: _____ Agência: _____ Variação: _____ Conta: _____	Banco: _____ Agência: _____ Variação: _____ Conta: _____

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de Informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.

(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



Formulário C

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CARTEIRA DE TRABALHO

Eu, _____, portador do RG
n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, membro da família
do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019 _____
declaro, para os devidos fins, que **NÃO** possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que, se falsa for esta declaração, incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de, caso configurada a prestação de informação falsa, apurada posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento da mesma na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.

(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



Formulário D

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUINTE INDIVIDUAL
(AUTÔNOMOS E PROFISSIONAIS LIBERAIS)

Atividades enquadradas na categoria de **Contribuinte Individual** podem ser encontradas na legislação de regência (legislação previdenciária): Lei nº. 8.212, de 24 de julho de 1991, Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991 e Decreto nº. 3.048, de 06 de maio de 1999.

Eu, _____, portador/a do
RG n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, membro
da família do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019
_____ declaro, para
os devidos fins, que **sou Contribuinte Individual**, exercendo a função de
_____, não constante na Carteira de Trabalho e Previdência Social,
recebendo renda bruta nos meses:

Mês/Ano: Renda Bruta (*É obrigatória a informação do valor percebido em cada mês*)

- 1) OUTUBRO/2018: R\$ _____;
2) NOVEMBRO/2018: R\$ _____;
3) DEZEMBRO/2018: R\$ _____.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de Informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.
(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



Formulário E

**DECLARAÇÃO DE RENDA POR MEIO DE LOCAÇÃO
DE MÓVEIS OU IMÓVEIS E/OU ARRENDAMENTO**

Eu, _____, portador/a do
RG n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, membro da família
do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019 _____
declaro, para os devidos fins, que recebi a renda bruta descrita abaixo referente à locação de

_____.

Mês/Ano: Renda Bruta (*É obrigatória a informação do valor percebido em cada mês*)

- 1) OUTUBRO/2018: R\$ _____;
2) NOVEMBRO/2018: R\$ _____;
3) DEZEMBRO/2018: R\$ _____.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de Informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB (Art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.

(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



Formulário F

DECLARAÇÃO DE NÃO EXERCÍCIO DE TRABALHO REMUNERADO

Eu, _____, portador/a do
RG n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, membro da
família do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019 _____
declaro, para os devidos fins, que estou desempregado (a) desde o dia _____. Declaro ainda que não
recebo nenhuma remuneração, provendo meu sustento da seguinte forma:

_____.

Mês/Ano: Renda (É obrigatória a informação do valor percebido em cada mês, inclusive, se houver, Seguro Desemprego ou Auxílios através de Bolsas ou Pensões)

1) OUTUBRO/2018: R\$ _____;

2) NOVEMBRO/2018: R\$ _____;

3) DEZEMBRO/2018: R\$ _____.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de Informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB (Art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.

(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



Formulário G

DECLARAÇÃO DE TRABALHO INFORMAL

Eu, _____ portador/a do RG
n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, membro da família
do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019 _____
_____ declaro, para os devidos fins, que sou trabalhador informal, exercendo a
atividade de _____, não constante na Carteira de Trabalho e
Previdência Social, recebendo renda bruta nos meses:

Mês/Ano: Renda Bruta (É obrigatória a informação do valor percebido em cada mês)

- 1) OUTUBRO/2018: R\$ _____;
2) NOVEMBRO/2018: R\$ _____;
3) DEZEMBRO/2018: R\$ _____.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.
(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA UNIVERSITÁRIA

Formulário H

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SUBSISTÊNCIA.

Eu, _____ portador/a do RG
n.º _____, órgão expedidor _____, e CPF n.º _____, membro da família
do(a) candidato(a) ao Processo Seletivo SISU/UFOB 2019 _____

_____ declaro, para os devidos fins, que exerço a atividade rural, não constante na
Carteira de Trabalho e Previdência Social e que o valor de minha renda bruta nos meses abaixo consistiu em:

Mês/Ano: Renda Bruta (*É obrigatória a informação do valor percebido em cada mês*)

1) OUTUBRO/2018: R\$ _____;

2) NOVEMBRO/2018: R\$ _____;

3) DEZEMBRO/2018: R\$ _____.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a prestação de informações falsas, mesmo que apuradas posteriormente à matrícula do(a) candidato(a), em procedimento em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, ensejará o declarante às penas previstas no art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica) e ao cancelamento do registro do estudante na Universidade Federal do Oeste da Bahia UFOB (art. 9º da Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, do Ministério da Educação), sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

_____, ____ de _____ de 2019.
(Cidade/UF)

Assinatura do/a Declarante